



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

QUINTA-FEIRA, 06 :: novembro :: 2014

Nova polêmica na Assembleia

Como em todos os segmentos da sociedade, existe o profissional ético e correto em seus atos e existe o que não é. Os membros do parlamento não fogem a essa regra, até porque político no Brasil é sinônimo de corrupção em razão de uma boa parte realmente se locupletar com recursos dos cofres públicos, com a grande maioria ficando impune. Só uns poucos chegam a ir para a cadeia por pouco tempo e ficam inelegíveis.

Agora, novamente, a Assembleia Legislativa está sob suspeita de algum tipo de irregularidade envolvendo dinheiro de subvenções. O Ministério Público Eleitoral pediu na semana passada documentação sobre a aplicação das verbas de subvenções e não se sentindo contemplado designou no final da tarde da última terça-feira duas procuradoras para recolher os documentos desejados.

Foi o maior reboliço. A imprensa chegou a divulgar que a Polícia Federal cumpria mandado de busca e apreensão de documentos de subvenção, diante de suspeita de irregularidades. Até porque em junho passado, período das convenções partidárias, havia uma recomendação da Justiça para que não fossem liberados recursos das subvenções.

No ano passado, cada deputado estadual teve direito a R\$ 1,5 milhão de subvenção para este ano. Esse dinheiro deve ser destinado a instituições filantrópicas de utilidade pública que prestam algum serviço à comunidade, do tipo da APAE e

Creche Almir do Picolé, que fazem um trabalho sério e têm o reconhecimento da sociedade. Ou até mesmo a reforma da Catedral, como muitos parlamentares destinaram recursos.

O problema das subvenções pode estar relacionado a dois fatores: parte dos recursos ser destinada a uma entidade criada em nome de um laranja, para que boa parte do dinheiro vá para o bolso do político corrupto que criou o laranjal, ou que a instituição cujo dinheiro foi destinado não seja séria, vindo o seu gestor a aplicar o recurso indevidamente. Nesse caso, o parlamentar tem que investigar bem para onde está mandando o dinheiro do povo e cobrar a prestação de contas.

O que deixou a Assembleia sob suspeita foi o fato de a Justiça ter pedido cinco vezes a documentação das verbas de subvenção e, quando mandou, fez de forma incompleta. Foi necessário duas procuradoras terem ido pessoalmente no Poder Legislativo, com oficial de justiça, pegar a documentação restante: que era a lista individual dos deputados com o nome da instituição e recursos destinados. Se não fosse repassada pacificamente, haveria o mandado de busca e apreensão.

Como onde há fogo tem fumaça, vamos aguardar o desenrolar das investigações do Ministério Público Eleitoral, que corre em segredo de Justiça. Se alguém usou indevidamente os recursos da subvenção com vistas à campanha eleitoral, que pague por isso ...